



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

## AUTÓGRAFO N 34/2017

**Proposio** : Projeto de Lei n 16/2017  
**Autoria** : Executivo  
**Assunto** : Regulamenta a utilizao dos depósitos judiciais de origem tributária ou não tributária e institui o fundo de reserva dos depósitos judiciais no âmbito do Município de Guar, conforme dispõe a Lei Complementar n 151/2015.

1

A Câmara Municipal de Guar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuioes legais;

### APROVA:

**Art. 1.** Os depósitos judiciais e administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais e administrativos, tributários ou não tributários, de competência do Município, inclusive os inscritos em dvida ativa, serão disponibilizados ao Município de Guar, nos termos da Lei Complementar n 151/2015 e de acordo com a presente Lei.

**Art. 2.** As instituioes financeiras receptoras e/ou depositárias deverão repassar, automaticamente, às contas específicas do Município de Guar os valores correspondentes a 70% do valor atualizado dos depósitos judiciais e administrativos, referentes aos processos judiciais e administrativos de que trata o artigo 1, bem como os seus respectivos acessórios.

**Art. 3.** Fica instituido o Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais, a ser mantido no Banco do Brasil S.A. destinado ao cumprimento dos alvarás judiciais e das decisoes administrativas, para levantamento dos depósitos tributários ou não tributários em que o Município de Guar seja parte, quando a decisão for contrária ao Município, nos termos da Lei Complementar n 151/2015.

** 1.** A instituio financeira oficial - Banco do Brasil S.A. tratar de forma segregada os depósitos judiciais e os depósitos administrativos.

** 2.** O montante dos depósitos judiciais e administrativos não repassados ao Município constituirá o Fundo de Reserva referido no caput deste artigo, cujo saldo não poderá ser inferior a 30% do total dos depósitos de que trata o artigo 2 da Lei Complementar n 151/2015, acrescidos da remunerao que lhes foi atribuída.

** 3.** Os valores recolhidos ao Fundo de Reserva tero remunerao equivalente  taxa referencial do Sistema Especial de Liquidao e de Custódia - SELIC para títulos federais.

** 4.** Em observância ao artigo 3,  6 da Lei Complementar n 151/2015, compete  instituio financeira gestora do Fundo de Reserva de que trata este artigo manter escrituro individualizada para cada depósito efetuado na forma do artigo 1 desta Lei, discriminando:

I - o valor total do depósito, acrescido da remunerao que lhe foi originalmente atribuída; e

II - o valor da parcela do depósito mantido na instituio financeira, nos termos do artigo 3,  3 da Lei Complementar n 151/2015, a



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

remunerao que lhe foi originalmente atribuída e os rendimentos decorrentes do disposto no  3 deste artigo.

**Art. 4.** A habilitao do Município ao recebimento das transferências referidas no artigo 3 desta Lei  condicionada  apresentao ao órgão jurisdiccional responsável pelo julgamento dos litígios aos quais se refiram os depósitos, Termo de Compromisso firmado pelo Chefe do Poder Executivo que preveja:

I - a manuteno do Fundo de Reserva na instituio financeira responsável pelo repasse das parcelas ao Tesouro, observado o disposto no  2 do artigo 3 desta Lei;

II - a destinao automática ao fundo de reserva do valor correspondente  parcela dos depósitos judiciais mantida na instituio financeira nos termos do  2 do artigo 3, condio esta a ser observada a cada transferência recebida na forma do artigo 3 desta Lei;

III - a autorizao para a movimento do fundo de reserva para os fins do disposto no artigo 6 desta Lei; e

IV - a recomposio do Fundo de Reserva pelo Município, em até 48 horas, após comunicao da instituio financeira, sempre que o seu saldo estiver abaixo dos limites estabelecidos no  2 do artigo 3 desta Lei.

**Art. 5.** Para identificao dos depósitos, caberá ao Município manter atualizada na instituio financeira a relao de inscrioes no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ dos órgãos que integram a sua Administrao Pública Direta e Indireta.

**Art. 6.** Os recursos repassados na forma desta Lei ao Município, ressalvados os destinados ao Fundo de Reserva de que trata o  2 do artigo 3, serão aplicados, exclusivamente, no pagamento de:

I - precatórios judiciais de qualquer natureza;

II - dvida pública fundada, caso a Lei Orçamentária do Município preveja dotaoes suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício e não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores;

III - despesas de capital, caso a Lei Orçamentária do Município preveja dotaoes suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício, não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores e o Município não conte com compromissos classificados como dvida pública fundada;

**Art. 7.** Encerrado o processo litigioso com ganho de causa para o depositante, mediante ordem judicial ou administrativa, o valor do depósito efetuado nos termos desta Lei, acrescido da remunerao que lhe foi originalmente atribuída será colocado  disposio do depositante pela instituio financeira responsável, no prazo de 3 dias úteis, observada a seguinte composio:

I - a parcela que foi mantida na instituio financeira nos termos do  2 do artigo 3, acrescida da remunerao que lhe foi originalmente atribuída, será de responsabilidade direta e imediata da instituio depositária; e



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

II - a diferença entre o valor referido no inciso I e o total devido ao depositante nos termos do caput será debitada do saldo existente no Fundo de Reserva de que trata o  2 do artigo 3.

 1. Na hipótese de o saldo do Fundo de Reserva, após o débito referido no inciso II, ser inferior ao valor mínimo estabelecido no  2 do artigo 3, o Município será notificado para recomp-lo na forma do inciso IV do artigo 4.

 2. Na hipótese de insuficiência de saldo no Fundo de Reserva para o débito do montante devido nos termos do inciso II, a instituição financeira restituir ao depositante o valor disponível no fundo acrescido do valor referido no inciso I.

 3. Na hipótese referida no  2 deste artigo, a instituição financeira notificará a autoridade expedidora da ordem de liberação do depósito, informando a composição detalhada dos valores liberados, sua atualização monetária, a parcela efetivamente disponibilizada em favor do depositante e o saldo a ser pago depois de efetuada a recomposição prevista no  1 deste artigo.

**Art. 8.** Nos casos em que o Município não recompuser o Fundo de Reserva até o saldo mínimo referido no  2 do artigo 3, será suspenso o repasse das parcelas referentes a novos depósitos até a regularização do saldo.

**Pargrafonico:** Sem prejuízo do disposto no caput, na hipótese de descumprimento por 3 vezes da obrigação referida no inciso IV do artigo 4, será o Município excluído da sistemática de que trata o artigo 9, pargrafonico da Lei Complementar não 151/2015.

**Art. 9.** Encerrado o processo litigioso com ganho de causa para o Município, ser-lhe- transferida a parcela do depósito mantida na instituição financeira nos termos do  2 do artigo 3, acrescida da remuneração que lhe foi originalmente atribuída.

 1. O saque da parcela de que trata o caput deste artigo somente poderá ser realizado até o limite máximo do qual não resulte saldo inferior ao mínimo exigido no  2 do artigo 3.

 2. Na situação prevista no caput, serão transformados em pagamento definitivo, total ou parcial, proporcionalmente  exigência tributária ou não tributária, conforme o caso, inclusive seus acessórios, os valores depositados na forma do caput do artigo 2, acrescidos da remuneração que lhes foi originalmente atribuída.

**Art. 10.** Compete ao Secretário Municipal de Finanças a realização dos atos necessários  operacionalização e manutenção do Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais e Administrativos de que trata a Lei Complementar não 151/2015, em especial, junto  instituição financeira gestora do Fundo de Reserva.

**Pargrafoniconico.** A operacionalização e manutenção do Fundo serão regulamentadas por meio de DECRETO, no prazo de até 60 após a publicação desta Lei.



# Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

**Art. 11.** Para fins desta Lei aplica-se, no que couber e/ou for omissa essa espécie normativa, as disposies da Lei Complementar n 151/2015.

**Art. 12.** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotaes orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 13.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Guar/SP, 31 de outubro de 2017.

**Fabiana Junqueira Seribeli**  
Presidente

**Raphael de Paula Asse**  
1 Secretário

**Abílio Mateus Borges**  
2 Secretário

4